

DISPERSÃO URBANA E CENTRALIDADE INTERURBANA NA AGLOMERAÇÃO MARINGÁ-SARANDI-PAIÇANDU/PR: ENTRE CONTINUIDADES ESPACIAIS E TERRITORIAIS

Laércio Yudi Watanabe SILVA¹

RESUMO

Com o regime de acumulação flexível, a urbanização passou a apresentar dinâmicas que impactaram diretamente o processo de produção do espaço. A dispersão urbana para áreas cada vez mais distantes, alcançando, inclusive, a escala interurbana, levou o fenômeno urbano para escalas mais amplas. Assim, a escala da cidade parece ser insuficiente para compreender a urbanização atual, que demanda a utilização de recortes mais abrangentes. A dispersão urbana e a formação de novas áreas centrais incidem na intensificação da ocorrência de deslocamentos pendulares, acirrando processos de aglomeração. Este artigo tem como objetivo analisar o processo de dispersão urbana e o surgimento de novas áreas centrais na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR. A metodologia incluiu o cálculo da evolução da densidade demográfica urbana, utilizando dados dos censos demográficos e a quantificação da área dos setores censitários urbanos. Para representar as áreas centrais, foram utilizados dados do CNEFE do censo de 2022. Os resultados apontaram que a aglomeração apresentou uma elevação nos índices de densidade demográfica urbana, sendo uma exceção à lógica atual de intensa dispersão urbana. As áreas centrais identificadas possuem a capacidade de atrair pessoas na escala da aglomeração. Assim, a aglomeração revela uma complexa relação entre continuidades espaciais e territoriais.

Palavras-chave: Dispersão Urbana. Áreas Centrais. Aglomeração Urbana. Deslocamentos Pendulares.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Presidente Prudente.

URBAN SPRAWL AND INTERURBAN CENTRALITY IN THE MARINGÁ-SARANDI-PAIÇANDU/PR AGGLOMERATION: BETWEEN SPATIAL AND TERRITORIAL CONTINUITIES

ABSTRACT

With the flexible accumulation regime, urbanization began to exhibit dynamics that directly impacted the process of spatial production. Urban sprawl into increasingly distant areas, even reaching interurban scales, has taken the urban phenomenon to broader dimensions. Thus, the scale of the city seems insufficient to understand current urbanization, which requires the use of more comprehensive frameworks. Urban sprawl and the formation of new central areas contribute to the intensification of commuting, exacerbating agglomeration processes. This article aims to analyze the process of urban sprawl and the emergence of new central areas in the Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR agglomeration. The methodology included calculating the evolution of urban population density, using data from demographic censuses and quantifying the area of urban census sectors. To represent the central areas, data from the CNEFE of the 2022 census were utilized. The results indicated that the agglomeration experienced an increase in urban population density indices, serving as an exception to the current trend of intense urban sprawl. The identified central areas have the capacity to attract people at the agglomeration scale. Thus, the agglomeration reveals a complex relationship between spatial and territorial continuities.

Keywords: Urban Sprawl. Central Areas. Urban Agglomeration. Commuting.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, o processo de urbanização se molda de acordo com as condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas de cada período. As variadas conjunturas e contextos influenciam diretamente os rumos da urbanização, que se redefine a todo momento. Assim, a urbanização está em constante movimento, refazendo-se continuamente (Salgueiro; Sposito, 2018).

Com o fim do fordismo norte-atlântico e a emergência do período de acumulação flexível, a urbanização ganha novos meandros que se expressam no espaço geográfico. Algumas novas tendências merecem destaque, uma vez que rompem com as lógicas pretéritas que caracterizaram, de maneira geral, a cidade fordista. A primeira delas é a intensificação da dispersão urbana, que representa uma mudança de paradigma (Catalão, 2015; Maia *et al.*, 2015), gerando novas morfologias dispersas e descontínuas, de maneira a conformar inúmeros vazios urbanos. Assim, a cidade contemporânea é caracterizada por uma combinação de cheios e vazios, áreas de altas e baixas densidades, rompendo com a lógica anterior de queda gradual da densidade do centro para a periferia.

A dispersão dos espaços de ocupação para áreas cada vez mais distantes do tecido urbano compacto trouxe consequências importantes que impactaram diretamente o processo de estruturação das cidades. Entre essas consequências, destacam-se: a) a dispersão do modo de vida urbano, que abrange práticas espaciais, valores e representações dos sujeitos; b) a necessidade de ampliação escalas nos estudos urbanos, como destacou Brenner (2013), ao ressaltar que a questão urbana, após a década de 1990, se centrou, sobretudo, em questões escalares; c) o surgimento de novas áreas centrais e centralidades, para atender às demandas cada vez mais distantes do centro histórico/principal/único; d) a intensificação da continuidade espacial, uma vez que o tecido urbano disperso, descontínuo e fragmentado é entremeado por fluxos de diversas naturezas, incluindo pessoas, veículos, produtos, ideias e informações; e) o surgimento e/ou reforço de novos processos de aglomeração, decorrentes da continuidade espacial na escala interurbana. A dispersão urbana, portanto, é infinitamente complexa (Bruegmann, 2011). Neste texto, optou-se por analisar, de modo relacional, a dispersão urbana e o surgimento de novas áreas centrais e centralidades, enfatizando a relevância da escala interurbana nas análises desses processos e a importância da

aglomeração em unidades espaciais polarizadas por cidades médias².

Sob o espectro das análises concernentes aos centros, áreas centrais e centralidades, a questão da escala também surge como um importante vetor analítico a ser considerado. As investigações dessa natureza deveriam contemplar a escala intraurbana ou interurbana? A literatura recente revela que ambos os recortes são aplicáveis, conforme defendem Sposito (2013), Whitacker (2017; 2020) e Salgueiro e Sposito (2018). A escolha da escala mais adequada é dificultada pela ampliação da dispersão urbana e pela urbanização difusa (Catalão, 2015; Salgueiro; Sposito, 2018). Diante do esgarçamento do tecido urbano e da intensificação da continuidade espacial, o movimento diário de pessoas (*commuting*) tornou-se um elemento central nos estudos urbanos (Ultramari; Moura, 1994; Moura *et al.*, 2005; Reolon; Miyazaki, 2019). Isso ocorre porque determinadas áreas comerciais e de serviços possuem expressões de centralidade que redefinem fluxos em diversas escalas, complexificando a estrutura urbana (Salgueiro; Sposito, 2018).

Com isso, as dinâmicas atuais sugerem uma ampliação escalar nos estudos urbanos, indo além da escala da cidade, muitas vezes insuficiente para compreender e interpretar o fato urbano. Diante disso, o objetivo central deste artigo é analisar os processos de dispersão urbana e o surgimento de novas áreas centrais na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR. A escolha das cidades é explicada em termos territoriais, uma vez que apresentam uma única mancha urbanizada contígua (IBGE, 2016); históricos, considerando que o crescimento de Sarandi e Paiçandu deve levar em conta o processo de periferação da população mais vulnerável de Maringá para os municípios vizinhos (Rodrigues, 2004; Gonçalves, 2022); e espaciais, uma vez que os fluxos pendulares entre os três locais são os mais intensos dentro do Arranjo Populacional de Maringá (Silva, 2024).

Além desta introdução e das considerações finais, este texto divide-se em três partes. Inicialmente, a questão da escala é ressaltada, sugerindo que determinadas cidades médias sejam reconhecidas e identificadas na escala da aglomeração, em função da dispersão urbana e dos fluxos pendulares intermunicipais. A segunda parte é dedicada ao processo de dispersão urbana, refletindo sobre como o espraiamento urbano pode atingir a escala interurbana. Por fim, as áreas centrais e as centralidades na escala da aglomeração são debatidas e cotejadas na terceira seção, que apresenta

² Reolon e Miyazaki (2019), analisando a conformação de aglomerações urbanas polarizadas por cidades médias, destacaram o impacto e a celeridade dos processos de reestruturação nessas realidades com funções de intermediação na rede urbana. Os autores notaram a intensificação dos fluxos de médias e longas distâncias, através dos deslocamentos pendulares, configurando aglomerações urbanas pautadas, sobretudo, na continuidade espacial.

resultados oriundos dos dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) 2022.

A localização da aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR, assim como informações referentes aos três municípios, seguir é representada na Figura 1.

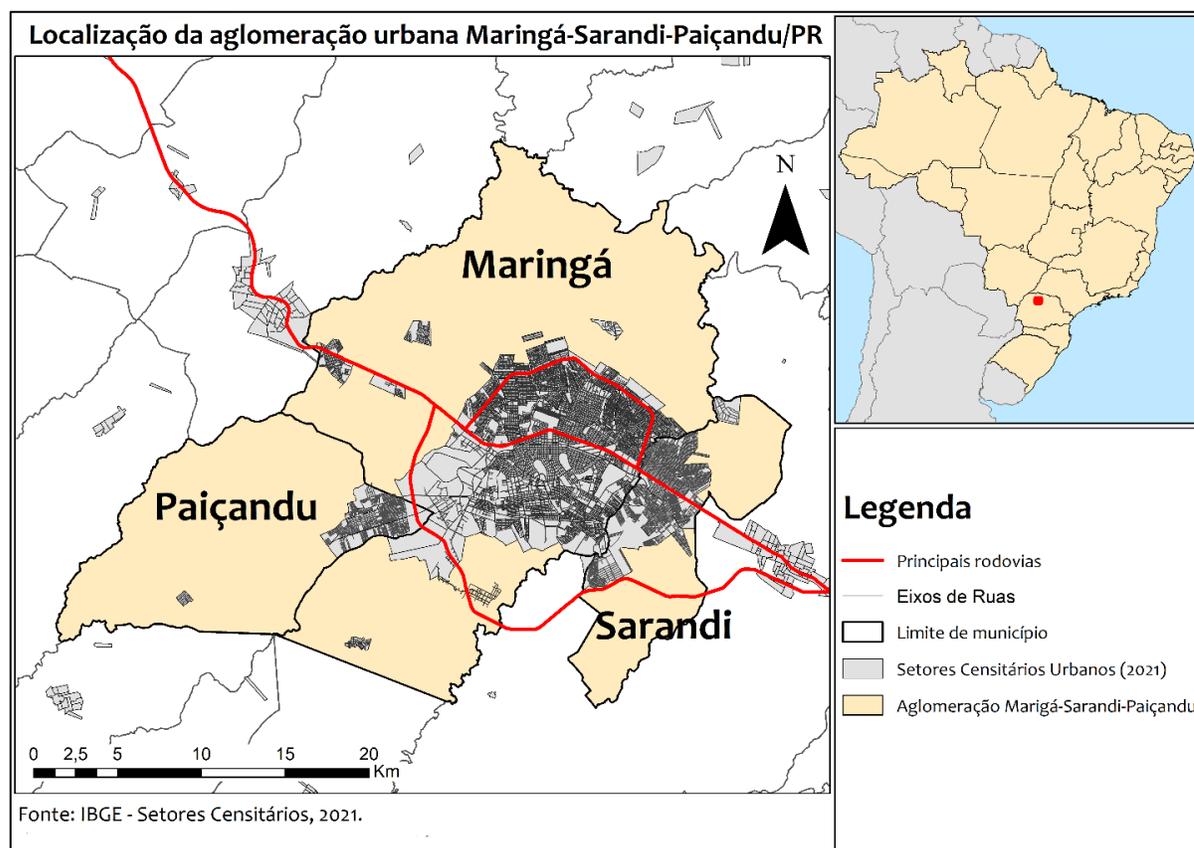


Figura 1 - Localização da aglomeração urbana Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR

Fonte: IBGE – Setores Censitários, 2021.

O Quadro 1 apresenta informações referentes aos municípios da aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR.

Quadro 1 - População e hierarquia dos centros urbanos na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR

Municípios	População residente (IBGE, 2022)	Hierarquia dos centros urbanos (IBGE, 2020)
Maringá/PR	409.657	Capital Regional B
Sarandi/PR	118.455	AP Maringá/PR
Paiçandu/PR	45.962	AP Maringá/PR
<i>Total da aglomeração</i>	<i>574.074</i>	-

Fonte: IBGE – Setores Censitários, 2021.

Os municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu possuem uma única mancha urbanizada contígua, como identificou o IBGE (2016). Além disso, os três fazem parte dos 10 municípios componentes arranjo populacional de Maringá³, sendo, deste recorte, os três municípios mais integrados em termos espaciais e territoriais.

2. A UNIDADE ESPACIAL-TERRITORIAL MARINGÁ-SARANDI-PAIÇANDU: A ESCALA DA AGLOMERAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS

Os processos socioespaciais que conformam e moldam a cidade contemporânea sugerem a utilização de escalas mais abrangentes nos estudos urbanos, tendo em vista a dispersão da cidade (ambiente construído) e do urbano (modo de vida) (Catalão, 2015). O espraiamento urbano leva consigo não apenas as formas espaciais urbanas, mas inclusive seus conteúdos, suas expressões e as representações criadas pelos sujeitos.

Reolon e Miyazaki (2019) pontuam que o espraiamento do tecido urbano é uma tendência para cidades de diferentes portes, sinalizando que as cidades, antes caracterizadas por certa continuidade territorial, agora se expandem de maneira cada vez mais descontínua no âmbito da dispersão urbana (Reolon; Miyazaki, 2019, p. 57). Essa dinâmica provoca mudanças profundas no processo de estruturação das cidades.

À medida que a forma urbana se dispersa em escalas cada vez mais amplas, podendo alcançar a escala interurbana ou regional, os fluxos de deslocamentos pendulares podem conferir coesão e integração a núcleos urbanos distintos ou áreas urbanizadas descontínuas. De acordo com Catalão (2015), a perda da continuidade territorial questiona a cidade como uma unidade territorial contígua e está relacionada ao aumento da continuidade espacial. Assim, processos de aglomeração são impulsionados na escala interurbana, mediados pelos deslocamentos pendulares intermunicipais.

Entende-se que os deslocamentos pendulares intermunicipais têm se tornado tão frequentes, inclusive no interior do território, que os processos de aglomeração

³ Os Arranjos Populacionais são unidades definidas pelo IBGE (2016) considerando a urbanização brasileira. Ao todo, o instituto definiu 294 arranjos populacionais, definidos sob critérios de integração, aferido por meio da quantificação dos deslocamentos pendulares, e contiguidade urbana.

urbana passaram a caracterizar a nova realidade da urbanização brasileira. (Reolon; Miyazaki, 2017, p. 56).

A intensificação da ocorrência dos deslocamentos pendulares se deve, sobretudo, a três fatores principais:

- I. A dispersão dos espaços de ocupação para áreas cada vez mais dispersas e descontínuas;
- II. Ao aumento no uso do automóvel, sendo este um dos grandes responsáveis pela ampliação do espaço de vida cotidiana (Dupuy, 1995);
- III. Às melhorias nos sistemas de transportes, permitindo uma expressiva ampliação das distâncias percorridas diariamente (Moura *et al.*, 2005).

A dispersão urbana, atrelada ao aumento da continuidade espacial, aos fluxos de deslocamentos pendulares e à expansão do espaço de vida cotidiana, está diretamente relacionada aos processos de aglomeração entre núcleos urbanos que desempenham papéis e funções complementares na rede urbana. Sobre esse fenômeno, concordamos com o entendimento de Moura e Ultramari (1994, p. 125), que afirmam que o processo “representa o espaço de comutação diária entre cidades, isto é, o desenvolvimento de relações interdependentes entre duas ou mais áreas urbanas, compondo um fenômeno único”. Para a aglomeração urbana, o fundamental é a existência da continuidade espacial, ainda que não haja a continuidade territorial do ambiente construído.

[...] a aglomeração urbana seria um espaço dotado de intensas e recíprocas relações sociais e econômicas entre dois ou mais núcleos urbanos de unidades político-administrativas distintas, onde se pode observar o transbordamento ou a projeção da população e das atividades de uma ou mais cidades sobre as áreas adjacentes (Reolon, 2007). Assim, duas ou mais cidades podem conformar um complexo conjunto disposto em continuidade espacial, mesmo que não haja continuidade físico-territorial dos tecidos urbanos. Essa situação é comumente constatada nas áreas que estão sendo chamadas de ‘não metropolitanas’, em muitos casos designando aglomerações urbanas polarizadas por cidades médias (Reolon; Miyazaki, 2019, p. 58-59).

A ampliação da mobilidade é essencial para extensão do espaço de vida das pessoas, que pode alcançar a escala intermunicipal (Reolon; Miyazaki, 2019) ou supramunicipal (Silva, 2024). O alargamento do espaço de vida, podendo compreender dois ou mais municípios aglomerados, levou Reis (2006) a qualificar essa dinâmica como “regionalização do cotidiano”, em que o autor sugere que os deslocamentos pendulares realizados por motivos de trabalho sejam aferidos na

escala regional, e não mais na escala da cidade.

Sendo assim, dinâmicas recentes convergem para uma compreensão mais ampla da escala da cidade nos estudos urbanos. A dispersão urbana, o surgimento de áreas centrais e centralidades com capacidade de atração interurbana e a intensificação da ocorrência de deslocamentos pendulares intermunicipais nos leva ao seguinte questionamento: a escala da cidade seria adequada para compreender o fato urbano e dinâmicas socioespaciais contemporâneas? Parece-nos que a escala interurbana, da aglomeração, do arranjo populacional, assim como outros recortes que vão além da própria cidade, são mais adequados para pensar a cidade contemporânea produzida e redefinida no âmbito da aceleração contemporânea (Santos, 1993); do regime de acumulação flexível, com predominância do consumo sobre a produção (Sposito; Sposito, 2012); da *modernización capitalista*, impondo, paulatinamente, um novo padrão de urbanização (Mattos, 2013); assim como da lógica e da sociedade do consumo (Salgueiro; Sposito, 2018).

Diante disso, alertamos para a importância da utilização de escalas mais abrangentes nos estudos urbanos, especialmente em realidades que envolvam cidades médias, conforme sugere Silva (2024) em sua hipótese de pesquisa:

[Sugere que] determinadas cidades médias [...] sejam reconhecidas e identificadas, como unidades espaciais dotadas de coesão espacial e unidade territorial, na escala da aglomeração urbana ou do arranjo populacional e não apenas no distrito sede de um município, sobretudo, em função do processo histórico e espacial que constrói interações espaciais intermunicipais, com continuidades e com descontinuidades. Essa condição urbana peculiar se associa a uma situação urbana peculiar em que as funções de intermediação próprias à Cidade Média decorrem e/ou incorrem nesse recorte supramunicipal. (Silva, 2024, p. 28).

Em função disso, o recorte estabelecido neste artigo compreende a aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR, tendo em vista que os municípios apresentam coesão espacial (Silva, 2024) e unidade territorial (IBGE, 2016).

3. DISPERSÃO URBANA, CONTINUIDADES TERRITORIAIS E ÁREAS URBANIZADAS CONTIGUAS

A dispersão urbana é uma das tendências mais marcantes da urbanização contemporânea,

se intensificando durante o século XX, sobretudo em seu último quartel. Contudo, apesar da relevância deste processo para pensar a cidade contemporânea, um grande obstáculo para os estudiosos da temática volta-se justamente em como defini-la (Bruegmann, 2011). De acordo com Galster *et al.* (2001), o cálculo da densidade é a forma mais comum para quantificar a dispersão urbana, uma vez que este processo pode ser definido como um desenvolvimento urbano de baixa densidade (Bruegmann, 2011). Catalão (2015) é outro autor que cita a diminuição da densidade, destacando que o crescimento territorial proporcionalmente superior ao populacional é uma das principais causas da dispersão urbana.

A dispersão urbana se expressa pela maior extensão dos tecidos urbanos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em relação à realidade das cidades progressas, o que é reflexo de uma inversão entre crescimento populacional e crescimento territorial. Ou seja, as cidades atuais estão territorialmente maiores do que jamais foram e expandem-se mais sobre o território do que demanda o crescimento de sua população. [...]

Em consequência, começa a haver uma progressiva diminuição das densidades do centro à periferia; trata-se aqui da noção de *étalement urbain* (espraiamento urbano), que a noção de dispersão urbana engloba e ultrapassa. (Catalão, 2015, p. 269).

Ou ainda: “[...] recentemente, há um descompasso entre o crescimento da população urbana e a expansão das áreas urbanas” (Ojima, 2007, p. 282). O crescimento territorial proporcionalmente superior à pressão proveniente da demanda populacional, que se encontra nos interstícios da dispersão urbana, ocorre praticamente em todas as partes do mundo que contam com um determinado nível de desenvolvimento econômico (Bruegmann, 2011). Essa situação não é exclusividade das realidades metropolitanas, mas atinge a maior parte das cidades (Catalão, 2015). Além disso, é uma tendência geral da urbanização contemporânea, sendo que o modelo de cidade dispersa está presente em boa parte do mundo ocidental (Maia *et al.*, 2023).

Os impactos da dispersão urbana no processo de estruturação das cidades incorreram, em muitos casos, em um transbordamento do espraiamento urbano para além da escala da cidade ou intraurbana. Nesse sentido, Catalão (2015, p. 262) sugere uma “[...] compreensão mais ampla da escala urbana, ultrapassando a escala da cidade ou do espaço urbano”.

A dispersão urbana representa hoje, nas cidades onde se desenvolve, uma quebra nos fechamentos que historicamente as caracterizaram, o que não significa, todavia, que a característica de maior densidade da cidade em relação ao campo

esteja desaparecendo, mas que seus limites estão se tornando paulatinamente indefiníveis. (Catalão, 2015, p. 266).

A continuidade territorial do ambiente construído, nesses casos, conforma uma mancha urbanizada única, compreendendo mais de um município. O crescimento desse tecido urbano, cujas margens ou vetores de expansão resultam do processo de urbanização recente, envolve, paulatinamente, as áreas urbanizadas mais antigas de municípios vizinhos, justapondo áreas urbanizadas de diferentes épocas, oriundas de processos espaciais com determinantes variados, e compondo um mosaico complexo que caracteriza o espaço urbano atual. Monte-Mór (2007), ao desenvolver a ideia de “urbanização extensiva”, relaciona o avanço do tecido urbano para núcleos vizinhos à expansão do espaço de vida das pessoas, o qual o autor qualificou como *práxis urbana*.

No entanto, esse tecido urbano que transbordou da cidade sobre as regiões circundantes deu origem a uma urbanização (extensiva e dispersa) que ao mesmo tempo estendeu e integrou também a *práxis urbana*, uma prática política e sócio-espacial própria da vida quotidiana no espaço urbano-industrial, estendendo-a ao espaço social como um todo. À medida que o tecido urbano se estendeu sobre o território, levou com ele os germes da polis, da *civitas*, da *práxis urbana* que era própria e restrita à cidade. (Monte-Mór, 2007, p. 247).

O mesmo autor chamou essa escala que rompe com os limites político-administrativos dos municípios de “espaço regional imediato” (Monte-Mór, 2007). Sendo assim, podemos estabelecer relações entre o transbordamento do tecido urbano para municípios vizinhos, caracterizado pela dispersão urbana na escala interurbana, e a intensificação de processos de aglomeração. Isso se dá pela extensão do espaço de vida das pessoas, mediante o aumento dos fluxos pendulares intermunicipais, tanto em números quanto em distância.

A dispersão urbana pode ser ainda mais célere e impactante em cidades médias, uma vez que esses tipos urbanos possuem, em sua maioria, um grande estoque de terras não urbanizadas (Maia *et al.*, 2015). Sob esse contexto, considerando Maringá como uma cidade média⁴, devido a seus papéis e funções de intermediação na rede urbana, apresentamos a evolução recente do

⁴ É importante distinguir corretamente as expressões *ciudades de porte médio* e *ciudades médias*. A primeira refere-se sobretudo a critérios demográficos, vinculados a um determinado tamanho populacional (Sposito, 2010). Já as *ciudades médias*, por outro lado, são entendidas como espaços em transição, desempenhando um papel estratégico em nível regional (Sposito, 2007). Nas palavras da mesma autora, “As cidades médias são aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes em função de serem o elo de ligação entre cidades maiores e menores.” (Sposito, 2004, p. 126).

processo de dispersão urbana na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR. A elaboração dos resultados contemplou dados oriundos dos últimos três censos demográficos: 2000, 2010 e 2022. A escolha desses recortes temporais visou apreender o processo de dispersão urbana sob o contexto de urbanização recente, que molda e redefine a cidade contemporânea de maneira intensa e impactante.

A organização da Tabela 1 utilizou dados e informações para os anos de 2000, 2010 e 2022. Os dados referentes à “População Residente” foram extraídos dos últimos três censos demográficos. As áreas dos setores censitários urbanos foram obtidas através da malha de setores censitários disponibilizada pelo IBGE, em formato *shapefile*. No *software* ArcGis, após a delimitação dos setores urbanos, essas áreas foram calculadas e inseridas na quarta coluna da Tabela 1. Por fim, a densidade demográfica urbana foi obtida pela divisão da população residente pelas respectivas áreas dos setores censitários urbanos.

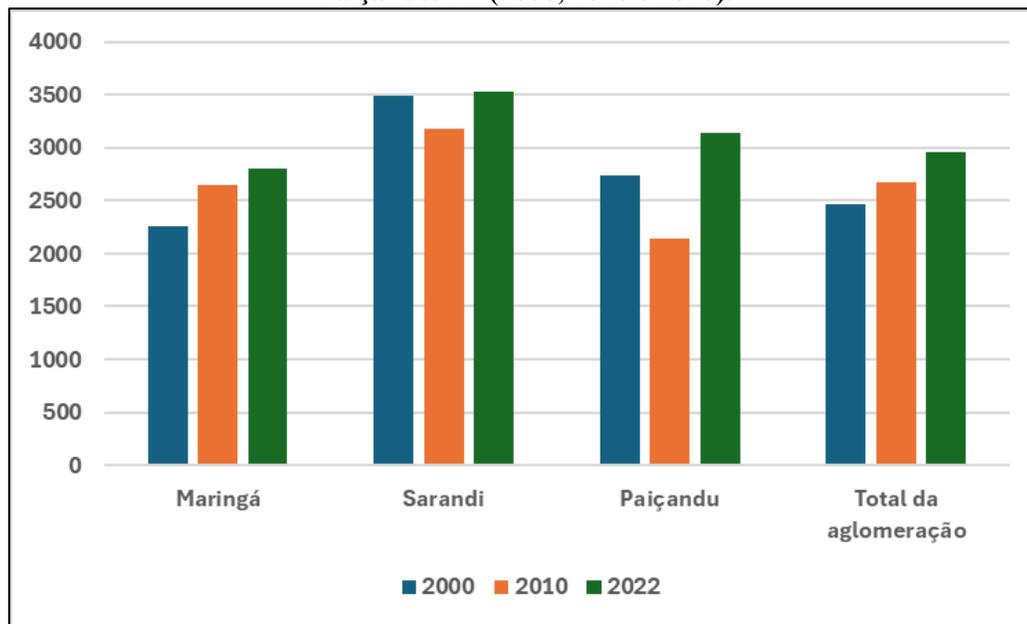
Tabela 2 - Evolução da população residente, área dos setores censitários urbanos e densidade demográfica urbana na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR (2000, 2010 e 2022).

Ano	Recorte territorial	População Residente (Pessoas)	Área dos Setores Censitários Urbanos (Km ²)	Densidade Demográfica Urbana (Hab./Km ²)
2000	Maringá	288.465	127,95	2.254,51
	Sarandi	71.392	20,46	3.489,34
	Paiçandu	30.727	11,20	2.743,48
	Total da aglomeração	390.584	158,69	2.461,30
2010	Maringá	357.077	134,81	2.648,74
	Sarandi	82.847	26,07	3.177,87
	Paiçandu	35.936	16,82	2.136,50
	Total da aglomeração	475.860	177,70	2.677,88
2022	Maringá	409.657	146,27	2.800,69
	Sarandi	118.455	33,52	3.533,86
	Paiçandu	45.962	14,61	3.145,93
	Total da aglomeração	574.074	194,40	2.953,06

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000; 2010; 2022.

De 2000 a 2022, tanto a população residente quanto a área dos setores censitários urbanos aumentaram em cada município e na aglomeração, algo que já era previsto. No entanto, a densidade demográfica urbana também cresceu, indicando uma tendência de aumento na densidade populacional, mesmo diante da dispersão urbana. A Figura 2 representa a evolução da densidade demográfica urbana.

Figura 2 - Evolução da densidade demográfica urbana na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR (2000, 2010 e 2020).



Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2000; 2010; 2022.

Diante dos dados apresentados, a aglomeração não acompanha a tendência atual de intensificação da dispersão das áreas urbanizadas. A aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR, entre 2000 e 2022, registrou aumentos referentes à densidade demográfica urbana. Esse resultado converge com as informações apresentadas por Ojima (2007), que apresentou uma proposta metodológica e comparativa para avaliar as aglomerações urbanas segundo dimensões da urbanização dispersa. O autor constatou que a aglomeração de Maringá apresentava a maior densidade populacional dentre as 37 analisadas, sendo uma exceção à tendência apontada por ele de aglomerações mais dispersas situadas no Sul-Sudeste do Brasil (Ojima, 2007).

4. CENTRALIDADE INTERURBANA: A CNEFE NO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2022

A urbanização contemporânea, juntamente com as dinâmicas e com os processos que a qualificam, tende a provocar significativas alterações na estrutura urbana de diversas cidades estruturadas nos períodos pré-industrial e industrial, pautadas na existência de um “centro” (Salgueiro; Sposito, 2018). A cidade conformada no âmbito do fordismo perde paulatinamente, com isso, suas características de compacidade e continuidade do ambiente construído (Catalão, Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 17, n. 1, p. 242-268, 2025 ISSN 2175-862X (on-line)

2015), assim como passa por uma redefinição do papel do centro das cidades (Sposito, 2013). Essas profundas alterações levaram, inclusive, Secchi (2007), refletindo sobre a cidade europeia contemporânea e seu projeto, a considerar uma ruptura, sempre relativa, na passagem da cidade moderna para a cidade contemporânea, esta última como sendo dispersa, descontínua e fragmentada, pautada nas figuras de desordem, incerteza e perda de um horizonte de senso compartilhado.

Sposito (2013) destaca as transformações no processo de estruturação do espaço urbano e sua relação com a redefinição do centro das cidades, para a autora:

Uma das mudanças mais importantes no processo de estruturação do espaço urbano é a redefinição do papel do centro das cidades, quando analisamos o processo de urbanização e, como parte dele, as cidades na longa duração. Em modos de produção pretéritos, tanto quanto em boa parte do desenvolvimento do modo de produção capitalista de produção, as cidades tiveram suas estruturas espaciais articuladas em torno de um centro principal. Na maior parte das vezes, ele era ou é único, desempenhando todos os papéis de centralidade, tanto na escala da cidade, quando na interurbana, quando tratamos dos espaços urbanos de maior importância nas redes urbanas. (Sposito, 2013, p. 72).

As estruturas espaciais articuladas em torno de um centro principal, seja na estrutura monocêntrica ou multicêntrica⁵ (Sposito, 2013), passam por um processo de complexificação da estrutura urbana, mediante ao surgimento de novos centros, áreas centrais, áreas de concentração de comércio e serviços, subcentros, eixos de serviços especializados, áreas de galerias comerciais e *shopping centers*, cada qual carregando consigo expressões de centralidade.

Para precisar corretamente os termos debatidos neste tópico, é necessário distinguir as ideias de Centro, Centralidade e Áreas Centrais. O primeiro deles, o centro, é uma forma espacial com a propriedade de ser um local de confluência, devido aos intensos fluxos de pessoas e veículos que de lá saem e partem (Whitacker, 2017). Por ser uma forma espacial e possuir uma localização, pode ser mapeado, mensurado e representado cartograficamente. Os centros são passíveis de apreensão empírica. Indo na mesma direção, Salgueiro e Sposito (2018) destacam que o centro é uma localização que possui propriedades geométricas.

As áreas centrais são entendidas como localidades que concentram atividades comerciais e

⁵ Sposito (2013) identifica semelhanças entre a cidade monocêntrica e multicêntrica, uma vez que a estrutura urbana de ambas está fortemente ancorada na existência de um único centro hierarquicamente mais importante (estrutura multicêntrica) ou único (estrutura monocêntrica).

de serviços e que também podem ser apreendidas empiricamente (Sposito, 2013). Logo, os centros e as áreas centrais, devido ao uso do solo, possuem a capacidade de atração de fluxos de diversas naturezas, materiais ou imateriais.

A centralidade, todavia, não pode ser confundida com os centros e as áreas centrais, apesar de estarem relacionadas. Concordamos com Sposito (2013) sobre a centralidade:

A centralidade, para mim, não é um lugar ou uma área da cidade, mas, sim, a condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar. Segundo essa perspectiva, então, a centralidade não é, propriamente, concreta; não pode ser vista numa imagem de satélite; é difícil de ser representada cartograficamente, por meio de delimitação de um setor da cidade; não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha nossa memória urbana e seja parte de nosso imaginário social sobre a vida urbana. (Sposito, 2013, p. 73).

Os centros e as áreas centrais revelam expressões de centralidade, pois essas localidades exercem capacidade de atração de fluxos, na escala da cidade ou interurbana. Whitacker (2017) destaca a indissociabilidade entre centro e centralidade, “Não há, pois, centro sem centralidade, ou centralidade sem centro, tanto quanto não se concebe uma forma espacial sem processo espacial, ou o inverso” (Whitacker, 2017, p. 172). Realizada essa distinção entre centro, áreas centrais e centralidade, é pertinente refletirmos como se distribuem no espaço e em quais escalas.

Bruegmann (2011), utilizado como referência a urbanização estadunidense para cotejar o processo de dispersão urbana, identificou, já no final de década de 1920, o surgimento de novas zonas comerciais descentralizadas, dentro e fora dos centros urbanos. O autor ainda destaca que essa prática impulsionou o estabelecimento de atividades comerciais fora dos centros históricos (Bruegmann, 2011). As observações constatadas pelo autor já indicavam a paulatina subversão das estruturas urbanas pautadas no modelo monocêntrico. Uma segunda observação a partir das reflexões de Bruegmann (2011) emergem da questão da escala, pois o autor destacou que o processo de descentralização, acompanhado pela implantação de atividades comerciais fora do centro histórico, ocorreu nas escalas da cidade e interurbana. Whitacker (2017) propõe que as pesquisas sobre centralidades intraurbanas em cidades médias podem como recorte territorial a escala da cidade ou da aglomeração urbana.

Sposito e Salgueiro (2018) advertem sobre as dinâmicas que levam a constituição de centralidades, em diferentes escalas. Para as autoras:

Procuramos, ainda, levar em conta as dinâmicas que estabelecem relações entre o padrão geral da urbanização e, em múltiplas escalas, a constituição da centralidade. Quanto a esta, primeiramente, deve-se considerar primeiramente o crescimento territorial da cidade, ou seja, os ritmos e as formas da extensão do tecido urbano, que ampliam, mais ou menos, as distâncias em relação ao centro principal. Em segundo lugar, e de forma combinada ao primeiro movimento, há, contraditoriamente ou não, a distribuição populacional nos espaços urbanos, revelando mesclas de densidades dispostas de forma não equitativa nas cidades. As duas dinâmicas interferem numa terceira, a das formas de aglomeração entre núcleos urbanos, levando à reorientação das lógicas de circulação nas cidades, acompanhada de segmentação da sociedade, no que concerne às possibilidades de acesso às diferentes áreas que compõem a base da conformação da centralidade, tanto no plano da cidade quanto no do sistema urbano. (Salgueiro; Sposito, 2018, p. 50).

Dessa maneira, a expansão territorial da cidade, a distribuição desigual da população nos espaços urbanos e os processos de aglomeração entre núcleos urbanos vizinhos são dinâmicas importantes que levam à constituição de centralidades em várias escalas. Logo, os estudos referentes aos centros, áreas centrais e centralidades podem ser cotejados em diversas escalas. Em unidades espaciais pautadas no esgarçamento do tecido urbano na escala interurbana e na ocorrência de intensos fluxos pendulares intermunicipais, as áreas centrais e as centralidades podem ser esmiuçadas na escala da aglomeração/aglomerado, como é o caso de nosso recorte territorial, a aglomeração urbana Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR. Os próximos parágrafos apresentam os resultados dessa investigação, utilizando como base os dados secundários oriundos do CNEFE.

O CNEFE é uma importante ferramenta metodológica para os estudos urbanos brasileiros, sendo o principal banco de dados com informações sobre os endereços cadastrados em território nacional. Este banco de dados, organizado e disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui três versões diferentes, oriundas, respectivamente, do Censo Demográfico de 2010, do Censo Agropecuário de 2017 e do Censo Demográfico de 2022.

Em sua última versão, disponibilizada a partir dos dados coletados para o Censo Demográfico de 2022, o CNEFE possui algumas alterações em relação à versão de 2010, que merecem destaque nas linhas abaixo. A primeira diz respeito a disponibilização das coordenadas geográficas para todos os endereços cadastrados, facilitando o georreferenciamento dos endereços com informações levantadas, algo que não existia na versão de 2010. A segunda mudança pertinente ocorreu em relação a variável utilizada para categorizar o tipo de domicílio,

estabelecimento ou edificação. No CNEFE 2010 eram sete categorias, passando a ser oito no CNEFE 2022 (Quadro 2).

Quadro 3 – Variáveis da espécie de endereço na CNEFE 2010 e CNEFE 2022

CNEFE 2010	CNEFE 2022
1- Domicílio particular	1- Domicílio particular
2- Domicílio coletivo	2- Domicílio coletivo
3- Estabelecimentos agropecuários	3- Estabelecimentos agropecuários
4- Estabelecimentos de ensino	4- Estabelecimentos de ensino
5- Estabelecimentos de saúde	5- Estabelecimentos de saúde
6- Estabelecimentos de outras finalidades	6- Estabelecimentos de outras finalidades
7- Estabelecimentos em construção	7- Estabelecimentos em construção ou reforma
-	8- Estabelecimentos religiosos

Fonte: IBGE – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, 2010; 2022.

A inclusão da categoria “estabelecimentos religiosos” na CNEFE 2022 possibilitou a precisão na localização dos endereços utilizados para esse fim. A inclusão de mais uma categoria revela a intenção do IBGE em especificar, ainda mais, os endereços cadastrados segundo seus diferentes usos, possibilitando, assim, a elaboração de análises mais detalhadas acerca dos endereços.

A ferramenta CNEFE pode ser amplamente utilizada como uma importante fonte de dados secundários para pesquisas socioespaciais, através do detalhamento de diversas informações de cada endereço, juntamente com a possibilidade de georreferenciá-los através de softwares de geoprocessamento. Outra valiosa ferramenta metodológica que pode ser utilizada nos estudos urbanos, mas não explorada neste texto, é a base de dados do CNPJ, a partir do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (ver Silva e Britto, 2024).

A fonte de dados CNEFE pode ser utilizada na elaboração de estudos sobre níveis de concentração de comércios e serviços, áreas centrais, centralidades, centros, subcentros e análises correlatas, como demonstraram Porto-Sales (2014), Battistam (2015), Silva e Whitacker (2021) e Silva (2022).

Como a centralidade pode ser apreendida na escala da cidade e no plano interurbano (Sposito, 2013; Whitacker, 2017; Whitacker, 2020; Salgueiro; Sposito, 2018), este texto utilizou a CNEFE 2022 para cotejar a centralidade na escala da aglomeração urbana formada por Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR, inferindo que as centralidades existentes nessa aglomeração podem se constituir como importantes polos de atração de fluxos de pessoas na escala interurbana, instigando

a incidência dos deslocamentos pendulares que qualificam e conferem coesão espacial a uma aglomeração ou aglomerado (Silva, 2024).

Os resultados abaixo (Figura 3) buscam representar a centralidade como “condição e expressão de central que uma área pode exercer” (Sposito, 2013, p. 73), utilizando as seguintes categorias da CNEFE 2022: 4) Estabelecimentos de Ensino; 5) Estabelecimentos de Saúde; 6) Estabelecimentos de Outras Finalidades; 8) Estabelecimentos Religiosos.

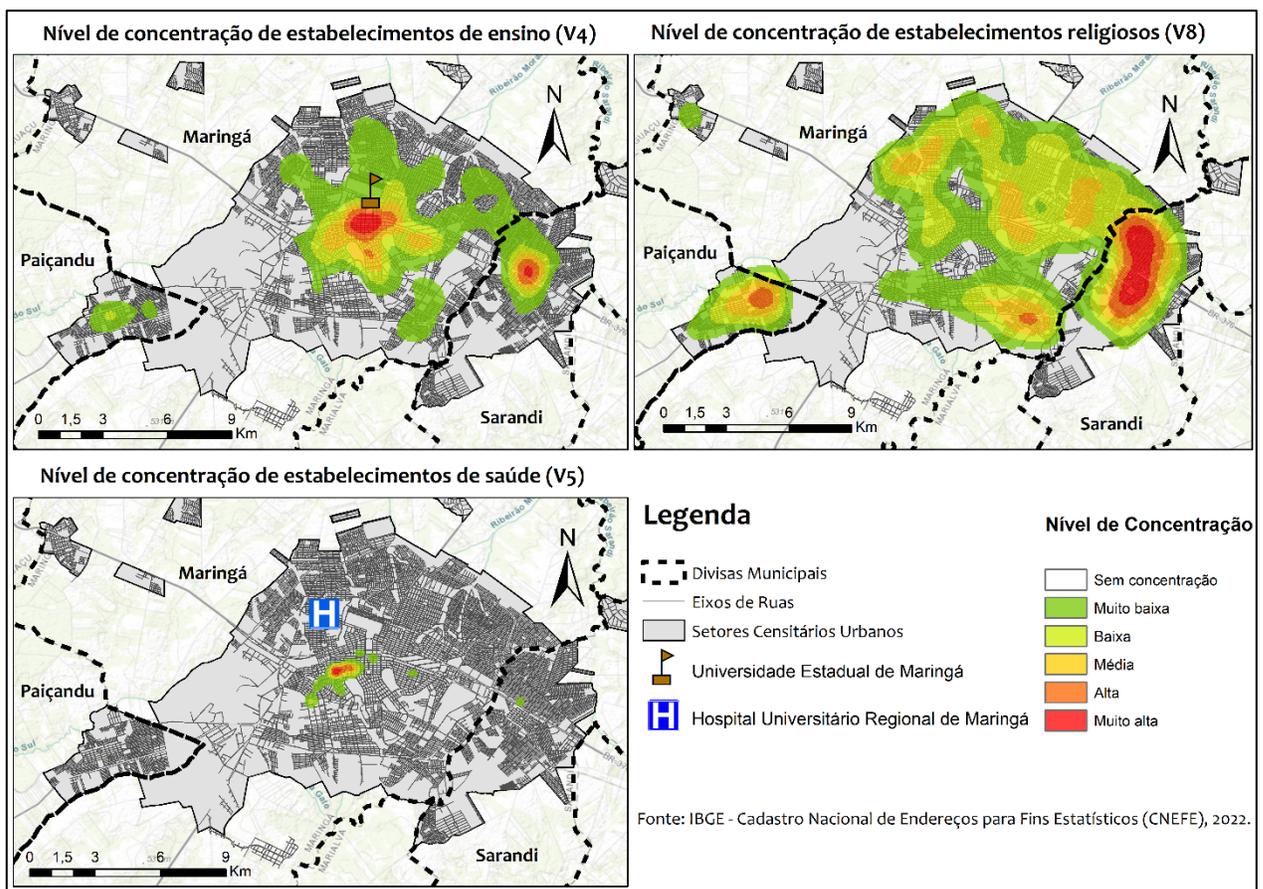


Figura 3 - Níveis de concentração de estabelecimentos de ensino (V4), de saúde (V5) e religiosos (V8) na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR

Fonte: IBGE – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, 2022.

As duas principais manchas de concentração de estabelecimentos de ensino (V4) foram estabelecidas nos centros principais e nas áreas pericentrais de Maringá e Sarandi. Em Paiçandu, também há uma mancha de concentração, mas menos expressiva. A distribuição dos estabelecimentos de ensino de maneira pulverizada, compreendendo diversas áreas da aglomeração, possui relação com a política de distribuição de escolas públicas, inclusive nas

margens periféricas, que visa atender os diferentes setores/bairros das cidades, como também observaram Silva e Souza (2021), comparando a distribuição de escolas públicas e privadas em Presidente Prudente/SP. Ainda assim, os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE) revelaram um intenso movimento pendular de Sarandi e Paçandu em direção a Maringá por motivos de estudo, incluindo frequência a escolas e creches (Tabela 2). Para sua elaboração, utilizou-se a pergunta do questionário censitário: “Município que frequentava escola (ou creche)”. As respostas que indicavam deslocamento entre Maringá, Sarandi e Paçandu foram tabuladas e cruzadas no *software* IBM SPSS Statistics 21.

Tabela 2 – Município que frequentava escola ou creche na aglomeração Maringá-Sarandi-Paçandu (2010)

Origem - Município de residência	Destino - Município de estudo		
	Maringá	Paçandu	Sarandi
Maringá	0	72	376
Paçandu	1008	0	0
Sarandi	2993	10	0
Total	4001	82	376

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Os dados revelaram que, em 2010, 4.001 pessoas pendulavam diariamente de Sarandi (2.993) e Paçandu (1.008) para estudarem nas escolas ou creches de Maringá, localizadas, sobretudo, no centro principal em suas imediações na cidade média desta aglomeração (maior concentração). Mesmo com essa quantidade significativa de pessoas que pendulam para estudarem em escolas ou creches, inferimos que as instituições presenciais de ensino superior impactam ainda mais a dinâmica pendular, por serem importantes Polos Geradores de Viagens (PGV)⁶. Diante disso, um dos estabelecimentos de ensino merece destaque: a Universidade Estadual de Maringá (UEM), universidade estadual da aglomeração. Pela relevância da instituição e pela expressiva quantidade de alunos matriculados, a UEM é um importante espaço de atração de fluxos de pessoas residentes dos municípios vizinhos, podendo fomentar quantidades expressivas de deslocamentos pendulares na aglomeração. Nesse sentido, Stein e Silva (2014) já destacavam a importância dos campi universitários como Polos Geradores de Viagens (PGV). Tomando o campus de São Carlos

⁶ Os PGVs são empreendimentos capazes de produzir ou atrair viagens (Oliveira, 2015) e, segundo Alves *et al.* (2016, p. 48), também “alteram toda a dinâmica espacial e viária, resultando, na maioria das vezes, em impactos negativos.”
Geoinf: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 17, n. 1, p. 242-268, 2025
ISSN 2175-862X (on-line)

— uma cidade média — como estudo de caso, os autores ressaltaram que a quantidade de taxas de viagens com destino a universidades situadas em *idades de porte médio*, segundo sua classificação, é fortemente dependente do perfil dos frequentadores do campus: alunos de graduação e pós-graduação, servidores docentes e técnico-administrativos (Stein; Silva, 2014).

A distribuição menos equitativa foi registrada em relação aos estabelecimentos de saúde (V5), que possui uma única concentração expressiva, no centro principal e nas áreas pericentrais de Maringá. Além disso, Maringá possui o único hospital regional da aglomeração, o Hospital Universitário Regional de Maringá. Com isso, podemos inferir que diversas pessoas podem se deslocar diariamente à Maringá para serem atendidas por esses estabelecimentos de saúde concentrados na cidade média da aglomeração, sobretudo ao hospital regional.

A distribuição mais equitativa foi registrada a partir dos estabelecimentos religiosos (V8), que se encontram em praticamente todos os bairros e áreas da aglomeração. Pela homogeneidade dessa distribuição e pelo fato de que estabelecimentos desse tipo não possuem grandes diferenciações de uso ou frequência, inferimos que os estabelecimentos religiosos não impactam de maneira significativa a ocorrência de fluxos de deslocamentos pendulares na aglomeração. Corrêa (1997) e Villaça (1998), por exemplo, minimizaram o papel dos estabelecimentos religiosos na geração de fluxos pendulares intermunicipais. O primeiro, ao analisar a hierarquia dos equipamentos urbanos, destacou os *shopping centers*, hospitais e polos de emprego como estruturantes dos fluxos, enquanto instituições religiosas apareciam como elementos de menor influência na escala intermunicipal (Corrêa, 1997). Já Villaça (1998) definiu os fluxos pendulares como resultantes exclusivamente da concentração de empregos, serviços especializados e comércio de grande porte, categoria que não incluiu estabelecimentos religiosos.

A Figura 4 realiza uma análise de mesma natureza, contemplando os estabelecimentos de outras finalidades (V6), que são, em sua maioria, compostos por estabelecimentos comerciais e de serviços, possuindo, assim, relação direta com a localização dos centros e áreas centrais, bem como suas respectivas expressões de centralidade.

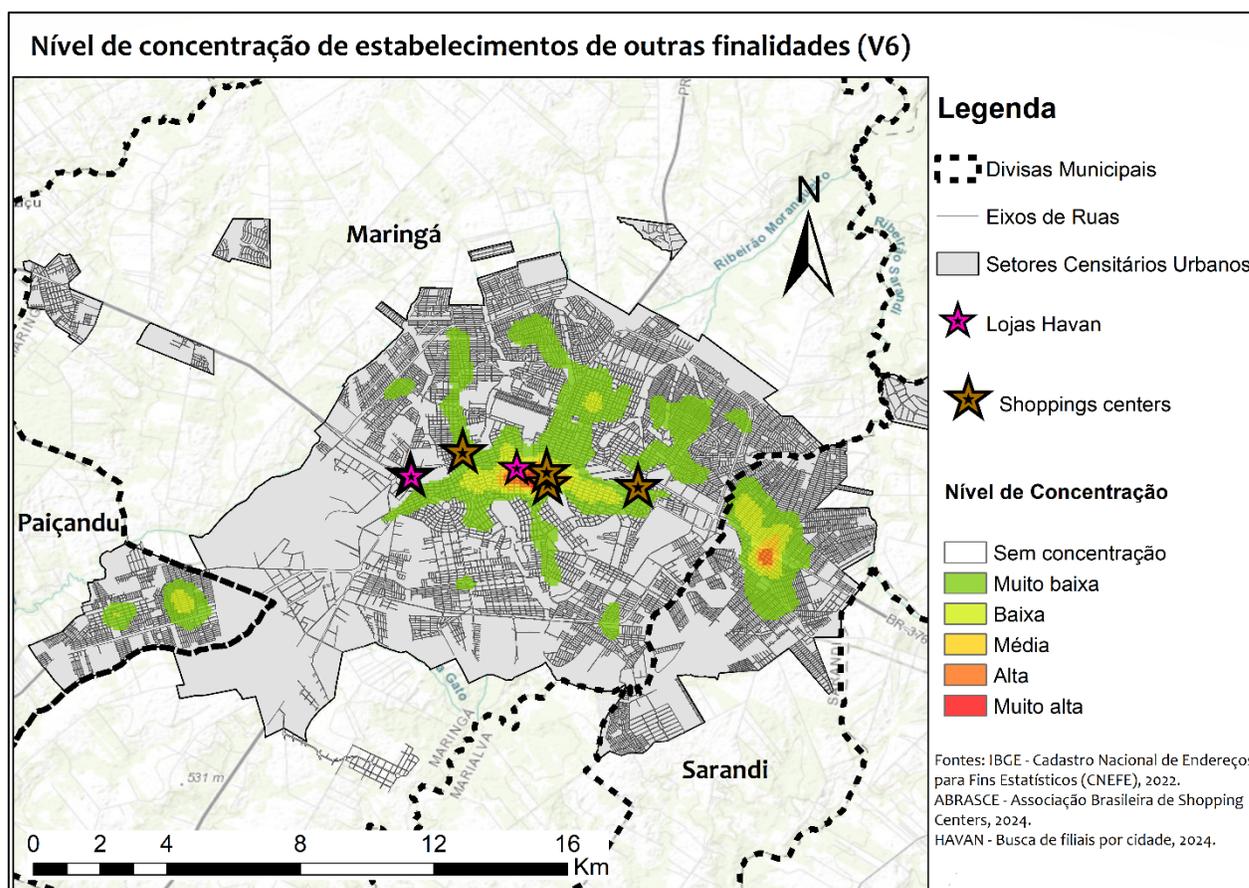


Figura 4 - Nível de concentração de estabelecimentos de outras finalidades (V6)

Fonte: IBGE – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, 2022.

Na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu, há diversas áreas de concentração de comércio e serviços, indicando que a estrutura monocêntrica foi superada em tempos pretéritos. No município de Maringá, por exemplo, existem vários eixos comerciais que acompanham algumas das principais vias da cidade, com concentrações relevantes alcançando determinadas áreas situadas nas margens periféricas. As concentrações nos municípios de Sarandi e Paiçandu, por outro lado, estão mais polarizadas em torno dos centros principais das respectivas cidades.

A atual sociedade do consumo influencia os rumos da urbanização e as formas espaciais produzidas nesse contexto. Essa nova lógica de produção do espaço urbano, que resulta em cidades voltadas às exigências do consumo (Salgueiro; Sposito, 2018), cria locais e espaços de consumo, como *shopping centers*, centros comerciais, áreas de serviços especializados, galerias comerciais etc. Na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR, por exemplo, a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE) identifica quatro *shopping centers*, todos situados em Maringá.

Esses espaços de consumo impactam diretamente a estrutura urbana da aglomeração, pois, de acordo com Whitacker (2020), os *shopping centers* estabelecem relações de concorrência com os centros principais. Esses estabelecimentos produzem uma nova configuração, na medida em que

[...] reúnen una diversificada mezcla de actividades comerciales y de servicios, entre las que aparecen cada vez más los nodos de cadenas globales orientadas al consumo, así como las relacionadas con la gastronomía y la cinematografía. (Mattos, 2013, p. 33).

De acordo com Salgueiro e Sposito (2018), os *shopping centers* são capazes de atrair consumidores na escala interurbana. Por serem espaços mais comumente frequentados por pessoas com rendimentos mensais elevados, inferimos que os *shopping centers*, por estarem localizados apenas em Maringá, possuem a capacidade de atrair residentes das classes média e média-alta de outros municípios, sobretudo de Sarandi e Paiçandu, que não possuem esses espaços de consumo.

No outro lado do espectro do consumo estão as Lojas Havan, também presentes apenas no município de Maringá. Essas lojas, ao contrário dos *shopping centers*, são espaços de consumo voltados para pessoas com rendimentos mensais médio e médio-baixo, praticamente não frequentados pelas elites. As duas lojas Havan situadas em Maringá possuem a capacidade de atrair fluxos pendulares de diversas partes da aglomeração de Maringá, Sarandi e Paiçandu, PR. Assim como os *shopping centers*, representam a divisão social do consumo, com a frequência aos estabelecimentos sendo orientada pela posição socioeconômica das pessoas. Vale destacar que uma das Havan em Maringá está localizada dentro de um dos *shopping centers* do município, o Catuaí Shopping Maringá (Figuras 5 e 6).



Figuras 5 e 6 – Havan Maringá Shopping (à esquerda) e Shopping Catuaí Maringá (a direita)

Fonte 4: Ângelo Rigon, 2020.

Fonte 5: Pedro Vannuchi, [s.d.].

Considerando os diferentes públicos atendidos por cada um desses estabelecimentos (Havan e *shopping center*⁷), a localização coincidente deles contraria a lógica atual do consumo segmentado na cidade, impulsionada por fatores socioeconômicos – um dos indícios do processo de fragmentação socioespacial, conforme discutido por Dal Pozzo (2015) e Abate (2021). No entanto, esse caso específico é insuficiente para afirmar que a segmentação socioespacial do consumo não esteja se intensificando em Maringá, haja vista os indícios do processo de fragmentação em curso no município, como aponta Sposito (2018).

Por fim, as novas áreas centrais e as novas centralidades podem exercer atração interurbana, intensificando fluxos pendulares e processos de aglomeração na escala da rede urbana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escala da aglomeração ou do aglomerado, sob a égide da urbanização contemporânea, torna-se um recorte territorial cada vez mais adequado para analisar o fenômeno urbano e as dinâmicas socioespaciais recentes. Mesmo em contextos não metropolitanos, especialmente em cidades médias, a dimensão da cidade parece cada vez mais insuficiente diante dos processos de aglomeração que ocorrem na rede urbana.

O transbordamento dos espaços de ocupação para núcleos urbanos vizinhos e a ampliação do espaço de vida cotidiana, à medida que a continuidade espacial se intensifica, reforçam a necessidade de uma ampliação na escala dos estudos urbanos.

O processo de dispersão urbana, por exemplo, é cada vez mais afeito a escala interurbana, em contextos de municípios não isolados. Nestes casos, as áreas urbanizadas de determinados municípios podem “invadir” os limites político-administrativos de núcleos urbanos vizinhos, dispersando os espaços de ocupação na escala da aglomeração/aglomerado. Essa dinâmica, em contextos capitaneados por cidades médias, tende a produzir morfologias dispersas, descontínuas e de maneira a produzir inúmeros vazios urbanos. Na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR, contudo, foi notado uma tendência oposta: de 2000 a 2022 houve um aumento da densidade populacional urbana, revelando que se trata de uma aglomeração compacta.

⁷ Colnago (2018), por exemplo, afirma que os *shopping centers* são estabelecimentos de lazer e consumo frequentado, majoritariamente, pela classe média e pela elite, sendo, inclusive, espaços configuradores de novas centralidades que

Geolingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 17, n. 1, p. 242-268, 2025
ISSN 2175-862X (on-line)

Em contextos de aglomerações/aglomerados urbanos, as áreas centrais e centros podem possuir a capacidade de atrair de pessoas na escala interurbana, intensificando processos de aglomeração e de continuidade espacial. Na aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR, o núcleo do aglomerado, Maringá, possui áreas centrais, equipamentos e espaços de consumo que os outros municípios da aglomeração não possuem, sendo fundamentais na sustentação da coesão nesta aglomeração.

Portanto, a aglomeração Maringá-Sarandi-Paiçandu/PR é coesa do ponto de vista espacial, através dos intensos deslocamentos pendulares entre os municípios, como observou Silva (2024), e territorial, apresentando uma única mancha urbanizada contígua (IBGE, 2016) e uma tendência recente ao aumento da densidade demográfica urbana.

6. AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio concedido à Pesquisa (Processo número: 88887.959544/2024-00)

7. REFERÊNCIAS

ABATE, A. A. Fragmentação socioespacial em Cidades Médias: uma leitura através do consumo e da policentralidade. **Terra Livre**, v. 1, p. 398-439, 2021.

ALVES, P.; BERNADELLI, C.; FÉLIX, W.; FERREIRA, W. R. Polos geradores de viagem e educação para a mobilidade urbana sustentável: a importância das unidades escolares. **Revista Eletrônica de Geografia**, v.7, p. 45-67, 2016.

BATTISTAM, C. K. **Procedimentos de pesquisa em Geografia do Comércio e do Consumo delimitação, intensidade e especialização de áreas centrais. Análises a partir de Marília/SP, São Carlos/SP, e São José do Rio Preto/SP.** 2015. 108 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

BRENNER, N. Reestruturação, reescalamento e a questão urbana. **GEOUSP**, v. 33, p. 198-220, 2013.

BRUEGMANN, R. **La dispersión urbana**. Una historia condensada. Madri: imprenta de la Comunidad de Madrid, 2011. 290 p.

CATALÃO, I. Dispersão urbana: apontamentos para um debate. **Revista Cidades**, v. 12, p. 250-277, 2015.

COLNAGO, E. T. P.; SANTOS, E. S. Espaços de Consumo e Lazer (Shopping Centers): uma discussão sobre a centralidade urbana e a fragmentação socioespacial. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 4, p. 122–144, 2018.

CORRÊA, R. L. **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 302 p.

DAL POZZO, C. F. Fragmentação socioespacial: Práticas espaciais do consumo segmentado em Ribeirão Preto e Presidente Prudente. **Revista da ANPEGE**, v. 11, p. 279-324, 2015.

DUPUY, G. **Les territoires de l'automobile**. Paris: Antropos, 1995. 216 p.

GALSTER, G.; HANSON, R.; WOLMAN, H.; COLEMAN, S.; FREIHAGE, J. Wrestling sprawl to the ground: defining and measuring an elusive concept. **Housing Policy Debate**, v.12, p. 681-717, 2001.

GONÇALVES, B. L. **Da produção da cidade sob a égide liberal à reprodução das desigualdades socioespaciais: o caso da aglomeração urbana de Maringá em foco**. 2022. 115 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades – Regic 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MAIA, A. C.; LEONELLI, G. C. V.; ABELLÁN, F. C. Dispersión urbana y formación de vacíos urbanos en ciudades intermedias de São Paulo: aportes para la construcción de un enfoque

metodológico. *In: América Latina ante los (nuevos) retos de la justicia social y ambiental*. Asociación Española de Geografía, 2023. p. 351-368.

MATTOS, C. de. Reestructuración económica y metamorfosis urbana en América Latina: de la ciudad a la región urbana. *In: NOYOLA, J.; MATTOS, C. de; ORELLANA, A. (Org.) Urbanización en tiempos de crisis: impactos, desafíos y propuestas*. Santiago: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, 2013, p. 13 – 43.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e a produção do espaço social contemporâneo. *In: REIS FILHO, N. G.; TANAKA, M. S. (Orgs.). Brasil: estudos sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes/FAU-USP, 2007. p. 241-251.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, p. 121-133, 2005.

OJIMA, R. Dimensões da urbanização dispersa e proposta metodológica para estudos comparativos: uma abordagem socioespacial em aglomerações urbanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 24, p. 277-300, 2007.

OLIVEIRA, A. M. **Um índice para o planejamento de mobilidade com foco em grandes Polos Geradores de Viagens**: desenvolvimento e aplicação em um campus universitário. 2015. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes e Operação de Sistemas de Transporte. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

PORTO-SALES, A. L.; COUTO, E. M. J.; WHITACKER, A. M.; SPOSITO, M. E. B.; REDÓN, S. M.; MIYAZAKI, V. K. Pesquisa em Geografia urbana: desafios e possibilidades de análise espacial com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE). *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 36, p. 81-103, 2014.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes. 2006. 201 p.

REOLON, C. A.; MIYAZAKI, V. K. Urbanização, dispersão das cidades e aglomeração urbana: um olhar sobre as cidades médias. *Terr@ Plural*, v. 13, p. 55-72, 2019.

RODRIGUES, A. L. Características do processo de urbanização de Maringá, PR: uma cidade de “porte médio”. **Cadernos Metrópole**, n. 12, p. 95-121, 2004.

SALGUEIRO, T.; SPOSITO, M. E. B. Do centro às centralidades múltiplas. Novos tempos, espaços e perspectivas. A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras. **CEGOT**, v. 1, p. 45-59, 2018.

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de S.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Org.) **O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. p. 1-10.

SILVA, K. A. A. da; BRITTO, N. D. S. S. O cadastro nacional de pessoa jurídica como recurso metodológico para as pesquisas socioespaciais: potencialidades e limitações da base de dados nacional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 25, p. 279–300, 2024.

SILVA, L. Y. W. **Dispersão e aglomeração nos arranjos populacionais de Presidente Prudente/SP e Maringá/PR (2000-2010)**. 2024. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2024.

SILVA, L. Y. W.; SOUZA, W. V. F. Padrões locacionais de escolas públicas e particulares e relação com áreas com diferentes níveis de renda em Presidente Prudente - SP. **Geopauta**, v. 5, n. 2, p. 1-19, 2021.

SILVA, L. Y. W.; WHITACKER, A. M. Centro, centralidade e o par centro-periferia: a distribuição espacial de estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de saúde em Presidente Prudente/SP, Brasil, a partir da metodologia CNEFE-CNAE. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 19, p. 225-248, 2021.

SILVA, V. H. Q. C. da. Possibilidade de mapeamento das atividades comerciais e de serviços a partir do uso do CNEFE/CNAE: Ituiutaba - MG. **Revista Geografias**, v. 17, p. 119–139, 2022.

SPOSITO, M. E. B. Nuevos contenidos en las periferias urbanas de las ciudades intermedias del Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones geográficas**, n. 54, p. 114-139, 2004.

SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 632 p.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Geografia*, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-94.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos**. Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias. *In*: **Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território (RII)**, 2012, Belo Horizonte. Trabalhos. Belo Horizonte: UFMG, 2012. v. 1. p. 1-17.

STEIN, P. P.; SILVA, A. N. R da. Influência de perfis e localizações dos usuários nas taxas de geração de viagens de estabelecimentos de ensino superior. **Journal of Transport Literature**, v. 8, p. 89-106, 2014.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: Iparde, 1994. 154 p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. 376 p.

WHITACKER, A. M. Centro da Cidade, Centralidade Intraurbana e Cidades Médias. *In*: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. p. 149-177.

WHITACKER, A. M. Hierarquia, Concorrência, Complementaridade e Coocorrência de Centros na Cidade. Uma Revisão do Modelo de Brian Berry a partir da Análise de Seis Cidades Médias Brasileiras. *In*: CACHINHO, Herculano; BARATA-SALGUEIRO, Teresa; GUIMARÃES, Pedro (Orgs). **Comércio, Consumo & Governança Urbana**. Lisboa: Universidade de Lisboa/Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/IGOT, 2020, p. 320-331.

Data de recebimento: 14 de dezembro de 2024.

Data de aceite: 12 de maio de 2025.